

A SUBUMANIZAÇÃO EM “QUARTO DE DESPEJO”

Wagner Marques Cordeiro (UFRPE)
wagnermarques_22@yahoo.com.br

1.INTRODUÇÃO

De origem humilde, Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento (MG), em uma família de negros analfabetos. Há registros de que ela teria sido filha ilegítima de um homem casado, vindo a ser tratada como “o patinho feio” durante a infância. Aos 23 anos de idade, sem perspectivas, foi residir na capital paulista, de onde alçou voo para se tornar escritora conhecida, de forma inimaginada. Instalada em São Paulo (SP), conseguiu emprego como empregada doméstica na casa do médico Euryclides de Jesus Zerbini. Apesar de ter frequentado escola regular por apenas por dois anos, Carolina despertou paixão pela arte de ler e de escrever.

Um ano após de ter chegado em solo paulista, Maria de Jesus engravidou de seu primogênito, João José. Na sequência, teria tido mais dois filhos: José Carlos, em 1949; e Vera Eunice, em 1953. Ainda durante a primeira gravidez, ficou desempregada. Na ocasião, foi morar na favela, na rua A, barraco nº 9, na então favela do Canindé, na mesma São Paulo. Passou a sobreviver da cata e da venda de papel. Dos restos de cadernos e de folhas de papéis que encontrava nos lixos, utilizava-os como seus diários, o que viria a resultar em “Quarto de despejo”. A propósito, o livro não teria se tornado livro e Carolina não teria ganho a notoriedade que ganhou se seu caminho não tivesse cruzado com o do jornalista Audálio Dantas, do extinto jornal “Folha da Noite”.

De passagem pela localidade para escrever uma matéria sobre a favela que se alastrava pela beira do rio Tietê, no ano de 1958, o profissional de

jornalismo foi surpreendido pelo alarde de uma senhora negra, repreendendo alguns homens que estavam brincando em um *playground*, dizendo, em tom de ameaça, que, se eles não saíssem dali, iria colocá-los em um livro seu. Aproximando-se da mulher, o jornalista mostrou curiosidade em conhecer os escritos da negra Carolina. A partir de então, nascia uma ligação que seria a chave para o boom de “Quarto de despejo”, mas que – tempo após a publicação – a relação entre a autora e Audálio se tornaria incontinua. Conforme o jornalista, nem bem o livro foi lançado, na década de 1960 e logo, logo, bateu a marca de 100 mil exemplares. Bem antes, Carolina já registrara em seu diário o intento de escrever seu livro: “É que estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela” ([1960] 1992, p. 25).

Com efeito, é válido fazer uma ressalva quanto aos questionamentos que rondam a obra, pelo fato do texto ter recebido certo tratamento por Dantas. Não foram poucos os críticos, editores, acadêmicos, entre outros, que sempre olharam com alguma suspeição para “Quarto de despejo”, já que não se sabe até que ponto a obra teve sua legitimidade afetada pela intervenção de Audálio, que nunca escondeu sua participação no que se refere à edição do texto. Entretanto, essa discussão passa por questões que, a nosso ver, aqui não se tornam oportunas. Mais relevante aos propósitos deste trabalho é, na verdade, ressaltar o olhar que se lança sobre essa obra, qual seja, a questão da subumanização.

Longe de ser um livro que sinaliza para algum esgotamento temático, “Quarto de despejo – diário de uma favelada”, publicado em 1960, se tornou objeto de estudo dos mais variados ramos do conhecimento. Da literatura às ciências, essa obra vem extrapolando o tempo e o espaço, bem como vem consolidando a sua atualidade em um país com profundas desigualdades sociais, como na época em que foi escrito. Livro de autoria da Carolina Maria de Jesus (1914-1977), escrito sob forma de diário, narra as agruras cotidianas e pessoais da negra favelada, marginalizada e semi-alfabetizada que Carolina foi. Assim, ela põe à vista a sua vivência em condições subumanas naquela favela do Canindé, juntamente com seus filhos, no fim da década de 1950, onde a fome passou a lhe fazer sombra diariamente. Sob esta ótica, a vida lhe irrompera como um fardo em

que direitos básicos como moradia, higiene, saúde, alimentação, segurança, lazer acabam por lhe serem cerceados. É nesse ponto que nossa análise se detém: a relação entre a condição de cidadã e o pensamento dos direitos humanos. E, como quer o sociólogo e crítico literário Antonio Candido (1988, p. 172), “pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo”.

2. A voz da subumanização na favela

Importa-nos destacar o clamor de direitos que ecoa em “Quarto de despejo”, uma vez que se tem a percepção de que nos dias atuais tal grita ainda parece mal compreendida. Talvez isso se deva ao fato de que, “apesar das inúmeras tentativas de análise definitiva, a linguagem dos direitos permanece bastante ambígua, pouco rigorosa e frequentemente usada de modo retórico” (BOBBIO, 2004, p. 11). A rigor, ainda que não tenha sido intenção da autora, percebe-se que a voz da Carolina busca reverberar para que os direitos humanos encontrem fito e arrimo em nosso país. Direitos que urgem em se manter coesos a fim de que o mínimo de cidadania seja garantido às camadas desassistidas, para espantar a fome e a pobreza extrema que ainda assombram parcela da população brasileira.

Na visão do cientista político e jurista italiano Norberto Bobbio, em seu “Dicionário de Política” (1995), os direitos humanos podem ser classificados em civis, sociais, políticos. Os primeiros se referem à individualidade, quais sejam: liberdade particular, de expressão, de pensamento, de reunião, de religião, e outros. Já os direitos sociais, dizem respeito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, liberdade da miséria e do medo. Por sua vez, os direitos políticos versam sobre liberdade de direitos eleitorais, filiação partidária e de disputa de cargo eletivo, por exemplo. Para Carvalho (2008, p. 9), “o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos”.

No imperativo da historiadora e professora norte-americana Lynn Hunt (2009), os direitos humanos são naturais, iguais e universais, carecendo entre si de encadeamento. Noutras palavras:

Os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser *naturais* (inerentes nos seres humanos), *iguais* (os mesmos para todo mundo) e *universais* (aplicáveis por toda parte). Para que os direitos sejam direitos *humanos*, todos os humanos em todas as regiões do mundo devem possuí-los igualmente e apenas por causa de seu status como seres humanos. Acabou sendo mais fácil aceitar a qualidade natural dos direitos do que a sua igualdade ou universalidade. (HUNT, 2009, p. 19).

Posta essa questão, acreditamos que uma das principais tônicas de “Quarto de despejo” seja a denúncia quanto ao não encadeamento de direitos de que Carolina se sentia vítima. Pode-se até mesmo intuir que tais direitos para ela não existiam. E isso desponta, no livro em comento, como o grande infortúnio da favelada. Tal infortúnio encontra impulso nas seguintes palavras da filósofa alemã Hannah Arendt (2012, p. 404),

a calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura pela felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade.

Na articulação com essas palavras de Arendt, é que consideramos que, antes de mais nada, a busca de Carolina é por algum espaço na sociedade, por cidadania, por pertença, por condições dignas de sobrevivência. Portanto, um livrar-se da opressão, uma vez desperta a sua consciência para o ambiente onde vivia. Desperta essa consciência, em razão do olhar agudo para tal ambiente, configura-se a subumanização que permeia a negra, os seus filhos e os demais favelados. O trecho a seguir ratifica essa afirmação: “Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo ([1960] 1992, p. 30). Em outro trecho: “Por isso que eu digo que a favela é o Gabinete do Diabo” ([1960] 1992, p. 157). Deste modo, configura-se a subumanização que entremeia Carolina e sua prole; ainda mais quando o lixo passa a ser a válvula de escape para subsistência deles, onde buscam

alimentação e recicláveis. “O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais (*sic.*) [...] Saio cedo porque encontra-se muitas coisas no lixo” ([1960] 1992, p. 100). Percebemos então, na leitura desses fragmentos de “Quarto de despejo”, a flagrante confissão de miséria.

É preciso frisar que entendemos aqui a subumanização como a quase humanização. Para tanto, com base no entendimento de Cândido (1988), ratificamos que a humanização é um processo que confirma, no indivíduo, traços que podemos considerar essenciais, como:

o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (p. 180).

Dito isso, vale destacar que a própria Carolina avalia como precário o espaço da favela para as pessoas se sentirem humanas e terem acesso a elementos que têm poder de humanizar. Nesse sentido, vejamos o seguinte fragmento:

Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga. ([1960] 1992, p. 100).

Elencadas estas questões, analisemos agora a fome como uma das principais tônicas de “Quarto de despejo”. Dada a importância que ela ganha para a análise da obra, iremos concentrar nosso olhar sobre o fragor da fome e seu poder desumanizador.

2.1A fome marcando território em Canindé

É quase impossível fazer uma análise de “Quarto de despejo”, na perspectiva dos direitos humanos, sem ocupar-se do problema da fome, haja vista que ela praticamente esporeia de maneira renitente no diário.

A fome aparece como o pivô da revolta, que a todo tempo está presente no barraco de Carolina e nos demais barracos: “na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer [...] Eu estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa” ([1960] 1992, p. 30).

É de todo interesse destacar que a meta das Organizações das Nações Unidas (ONU) de reduzir a fome e a pobreza extrema até 2015 à metade do que era em 1990, foi atingida pelo Brasil no ano de 2002. Ainda que o nosso país tenha reduzido em 82,1% o número de pessoas subalimentadas, no período de 2002 a 2014, de acordo com o relatório da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgado em maio de 2015, a fome ainda é uma realidade brasileira.

Essa persistência da fome é discutida em Freitas (2015). Conforme esse autor, em terras brasileiras, “cerca de 32 milhões de pessoas passam fome, mais 65 milhões de pessoas que não ingerem a quantidade mínima diária de calorias, ou seja, se alimentam de forma precária”.

Ainda que o Brasil, nos últimos anos, apresente certo recuo quanto ao número de brasileiros que convivem com a fome, de acordo com o IBGE (2013), mais de 7 milhões de pessoas permanecem sob a falta de alimentação no dia-a-dia. Não é preciso destacar novamente que, em se tratando do cenário onde vivia Carolina, o fantasma da fome fazia parte do *script*. Entretanto, a fome – juntada a inúmeros problemas que afetavam aquela favela de então – era sinal de subumanidade em Canindé, em que direitos humanos não eram garantidos – como a alimentação – e a não garantia de tais direitos ia desdesignando a pessoa humana de Carolina e dos seus. Ou seja, a fome se transforma em agente de desconstrução da dignidade humana dos favelados. Nesse sentido, “Quarto de despejo” ancora a questão da fome como um problema social vigente no país, algo que se acentua consideravelmente nas zonas periféricas dos grandes centros urbanos.

2.2. A literatura e seu poder humanizador

Outro aspecto interessante a ser abordado em “Quarto de despejo”, na perspectiva da subumanização, é a busca da Carolina pela não opressão, por meio da leitura e da escrita. “O livro é a melhor invenção do homem” ([1960] 1992, p. 22), acreditava ela. Em vista disso, Carolina mostrava não se dobrar. Tanto que, em determinado trecho da obra, ela, explicitamente, rechaça um homem que tenta se aproximar dela, propondo matrimônio. Desta feita, Maria de Jesus vê na leitura e na escrita motivos maiores para permanecer sem relações sérias e duradouras com outrem. Atentemos:

O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com um lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal ([1960] 1992, p. 44)

Tem-se registros de que Carolina, ainda jovem, teria ficado encantada após a leitura de “A escrava Isaura”, romance do escritor Bernardo Guimarães (1825-1884), sendo este o primeiro livro que ela leu inteiro, de acordo com Ferrari (2015). A seu modo, tamanha era a devoção dela pelas letras, que a muitos causava estranheza. Em Canindé, deu-se que um dos “personagens” que aparecem no diário, chamado “Seu João”, chegou a sentenciar: “Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você” ([1960] 1992, p. 23). É certo que nessa afirmação – afora a lógica racista – está embutida a ironia de um homem que era tão favelado quanto ela, e que não conseguia digerir a ideia de uma pessoa favelada ser afeita a um hábito pouco comum para uma pessoa que vivia sob a extrema pobreza de bens materiais.

A impressão que nos causa é que a autora do diário tinha a sensação de que a sua escrita e os livros que lhe caíam em mãos, fossem literários ou não, lhe serviam como meios de redenção, de afirmação, de resistência, de conquista de espaço, enfim, de humanização.

Curioso notar que, na concepção de Candido (1988, p. 177), “toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, *enquanto construção*”. Nessa

alçada,tocamos na relação entre literatura e direitos humanos, a qual, para Candido (1988), poder ser focalizada sob dois ângulos distintos. No primeiro, a literatura como necessidade universal, que nos liberta do caos e, dessa forma, humaniza o indivíduo. Depois, sob o ângulo de sua instrumentalidade no que se refere ao nosso despertar para o desmascaramento, já que fornece elementos para desnudar as circunstâncias de restrição de direitos.

De um modo geral, aquele teórico acredita que a literatura também está ligada à luta pelos direitos humanos.Essa crença parece ser não apenas partilhada, mas reiterada contundentemente em “Quarto de despejo”. Afinal, para Carolina, livro, vida e direitos são, concomitantemente, indissociáveis e um processo de conquista em construção, no seio de uma sociedade que lhe impôs a negação a todos os direitos. Nas palavras da autora: “A vida é igual a um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é minha pele. Preto é o lugar onde moro” ([1960] 1992, p. 147).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, visamos fazer um recorte sobre as questões dos direitos humanos, em que a ausência destes, na então favela de Canindé, nos idos da década de 1950, revelava a subumanização que vitimava a negra Carolina Maria de Jesus, seus filhos e os demais favelados. Num lugar em que direitos básicos como saúde, moradia, higiene, lazer, segurança, entre outros, eram quase quimera, Carolina encontra na leitura e na escrita uma válvula de escape para suportar os dissabores do cotidiano, que era voltado para a cata de papéis e outros recicláveis, a fim de vendê-los para poder arranjar dinheiro e,deste modo, adquirir o mínimo que fosse de alimentação para afastar a fome que rondava copiosamente o seu barraco.

De meros desabafos escritos, ganhando corpo de diário, até ter se tornando livro, “Quarto de despejo” poderia não ter acontecido. Mas tão gritante era o clamor de direitos que, ao o jornalista Audálio Dantas publicar, às pitadas, o relato tormentoso daquela favelada, logo chamaria atenção de inúmeros leitores daquela “Folha da Noite”.

O impacto do livro fora imediato. Mais pela aquela voz que reverberava da dura vida na favela e da luta pela sobrevivência do dia-a-dia, do que pelo fato do relato em si. O eco da subumanização se impôs como um mal carente de combate de forma a se tornar o mesmo tempo denúncia e grito por direitos.

Em nossa análise, merece uma alusão diligente a questão da fome, que, não obstante todas as considerações que exaramos, ainda nos leva a ponderar sobre o atual cenário brasileiro; posto que, mesmo diante de tantos avanços, sobretudo no que tange aos direitos sociais, ainda contamos com considerável fração da população que enfrenta a lástima da fome, cotidianamente.

Assim, a fim de subverter tanto quanto pudesse o peso do dia-a-dia, Carolina acha, na sua paixão por livros, uma lâmina humanizadora para libertá-la do caos. Ao menos para si, já que se percebe o quanto a negra se revigora quando ora mantém seu apego com a palavra escrita e a leitura. Nesse sentido, enxergamos uma Carolina que encontra na literatura uma forma de se livrar da opressão e da vulnerabilidade social.

De resto, ao nos situarmos diante de “Quarto de despejo”, nos deparamos com uma obra que está longe de esgotar seu leque temático. Esse livro nos remete a análises diversas e sob escopos variados. Em suma, tal diário nos faz pensar cidadania. Cidadania em seu sentido mais amplo, e, por fim, nos indagar: por quanto tempo ainda teremos tantos Quartos de despejos e tantas Carolinas nesse Brasil afora?

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 8ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 7ª ed., Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, 1995, págs. 353-355.

CÂNDIDO, Antônio. **O direito à Literatura**. In: Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

FERRARI, Márcio. **Poética de resíduos**. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/05/15/poetica-de-residuos/>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

FREITAS, Eduardo De. **Fome no Brasil; *Brasil Escola***. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/brasil/fome-no-brasil.htm>>. Acesso em 02 de outubro de 2015.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução: RosauraEichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PALÁCIO DO PLANALTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Fome cai 82% em 12 anos no Brasil, afirma ONU**. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/fome-cai-82-em-12-anos-no-Brasil-afirma-onu>. Acesso em 02 de outubro de 2015.